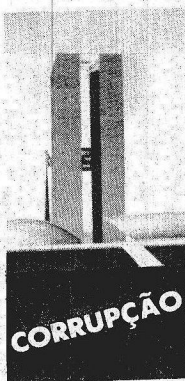


Ministra explicará convênio ao GDF



A ministra interina do Bem-Estar Social, Leonor Franco, está disposta a dar explicações ao governador Joaquim Roriz sobre o convênio que repassou recursos ao GDF para construção de 54 galpões de ensino profissionalizante em 15 estados. Ela prestará estes esclarecimentos se receber formalmente um pedido do governador, segundo sua assessoria. Até agora, não há qualquer determinação de Leonor Franco para instalar auditoria interna que investigaria esta liberação.

Todos os documentos obtidos pela CPI do Orçamento sobre o convênio foram fornecidos pelo Ministério, que prefere aguardar as investigações da própria comissão. A CPI está apurando por que a ex-ministra Margarida Procópio autorizou a liberação de US\$ 1,219 mi-



Leonor aguarda pedido formal

lhão ao GDF e ainda por que o governo local, através da Codeplan, fez repasses à Fundação Fraternidade Essência do Brasil para a construção dos galpões que se transformariam em oficinas de treinamento profissionalizante. Outra dúvida é sobre a data do convênio, em 31 de

dezembro de 1990, um dia antes da posse de Roriz.

As cópias do convênio entre o Ministério e o GDF e o contrato de transferência de recursos da Codeplan à Fundação Essência foram enviados à CPI, a pedido dos próprios parlamentares. Este Ministério, ocupado por Margarida Procópio e o deputado Ricardo Fiúza, ambos investigados pela CPI, é um dos mais solicitados para fornecer documentos que subsidiem as investigações sobre corrupção no orçamento.

O assessor de imprensa da ministra, Leonel da Mata, sustentou ontem que o Ministério do Bem-Estar Social já enviou à CPI centenas de cópias de convênios e contratos assinados em gestões anteriores, deixando todas as apurações a cargo da comissão. Ele também afirma que os documentos do período entre 1988 e 1990 já foram apreciados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia anualmente a prestação de contas de cada órgão federal.